

1º ENCONTRO DOS SERVIDORES E SERVIDORAS PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

23 e 24 DE FEVEREIRO DE 2023

Pauta geral com demandas comuns unificadoras das diversas categorias do funcionalismo público estadual:

1. Mesa de Negociação Permanente com o Governo Estadual. Criar Mesa de Negociação Permanente com as entidades do funcionalismo – essa mesma Mesa deve existir em todas as secretarias, empresas e setores.
2. Respeito da Data Base do Servidores- Pagamento das perdas salariais acumuladas incluindo os últimos 12 meses- A média de perdas salariais do Funcionalismo de SP é de 40% a 50%.
3. Contra as Privatizações dos Serviços Públicos (Sabesp/ Metrô/ Porto de Santos/ Cemitérios/ Demais Serviços).
4. Fim das terceirizações nos serviços públicos.
5. Concursos Públicos para todos os setores com cargos vagos e criação de novas vagas, pelo fim das contratações precárias, e como um dos mecanismos de equilíbrio na contribuição previdenciária e atuarial.
6. Pagamento dos valores confiscados dos Aposentados de 2020 a 2022.
7. Ação Política de Prevenção da Saúde para o Funcionalismo. Projeto de Envelhecimento Saudável.
8. Revisão e revogação dos itens prejudiciais na Reforma da Previdência de SP (Lei Complementar nº 1.354/2020 e Emenda Constitucional de SP nº 49/2020).
9. Contra qualquer proposta de Reforma Administrativa Estadual, sem discussão prévia e democrática com os servidores, respeitando suas respectivas entidades representativas.
10. Revogação da política de prêmios, gratificações e assemelhados, com a incorporação aos salários dos subsídios já existentes e pelo fim dos mesmos.

FRENTE PAULISTA EM DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO

11. Revisão da Lei Complementar 1.361/2021, nos itens prejudiciais como fim das faltas abonadas, correção anual do adicional de insalubridade e limitação do abono de permanência, entre outros.
12. Plano de Cargos, Carreiras e Salários para todos os setores do funcionalismo, com debates em Comissões Paritárias, em todas as secretarias, empresas estatais e fundações.
13. Fixação de Piso e Teto salarial nos termos da Constituição Federal e do Estado de São Paulo.
14. Política de combate, punição e pelo fim do Assédio Moral e Sexual em todos os setores dos Serviços Públicos, garantindo a harmonia e respeito nos ambientes de trabalho, com discussão das metas, tarefas, avaliações de forma conjunta e democrática entre chefias e funcionários.
15. Criar programas de formação continuada para o funcionalismo público.
16. Aplicação da legislação e decisões judiciais que estabelecem os adicionais de insalubridade e periculosidade para todos os servidores em atividades em áreas de risco.
17. Adequar infraestrutura e equipamentos de trabalho nas repartições públicas para as necessidades dos servidores e acesso do público.
18. Implantação do SESMT e NR-5 para trabalhadores do serviços públicos (NR-5 aprovada em 2018), fornecer EPC e EPI nos serviços insalubres (trabalho com agentes perigosos, físicos, psicológicos e aparelhos de emissão de radiação ionizante).
19. Disponibilidade de creche e espaço para amamentação no local de trabalho, garantindo aos demais casos local próximo para esta finalidade.
20. Luta em defesa do lamspe: Pela contrapartida patronal do governo no orçamento estadual, sendo, no mínimo, equivalente à contribuição dos servidores. Contra a precarização, privatização e terceirização dos serviços prestados pelo lamspe. Pela criação do Conselho Deliberativo e Fiscal com a participação efetiva dos representantes dos funcionários. Pela eleição direta do Superintendente. Permitir a entrada permanente de servidores temporários, celetistas, contratados, facultativos e possibilidade de retorno aos que saíram em algum momento.